



# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 4.727, DE 14 DE MAIO DE 2019.

Publicado em 17/05/19  
Diário Oficial do Município  
Nº 3596 Pág. 2 A 5

Cria o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR – do Município de Foz do Iguaçu e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

**Art. 1º** Fica criado o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR – órgão colegiado, permanente e autônomo de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e articulador das políticas de promoção da igualdade racial, vinculado administrativamente à Secretaria Extraordinária de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade.

**Parágrafo único.** O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR – tem por finalidade deliberar e fiscalizar políticas públicas, programas, projetos e ações voltadas à promoção da igualdade racial e atuar no controle social de políticas públicas, assim como exercer a orientação normativa e consultiva sobre temáticas atinentes à igualdade racial no Município de Foz do Iguaçu.

## CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES

**Art. 2º** O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial possui as seguintes atribuições:

**I** - deliberar sobre políticas públicas e diretrizes para promoção da igualdade racial no âmbito municipal;

**II** - receber, encaminhar e monitorar denúncias ou queixas de discriminação em razão de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional ocorridas no território do Município de Foz do Iguaçu;

**III** - fomentar o desenvolvimento de programas educativos, visando à promoção da igualdade racial;

**IV** - promover trabalhos, emitir pareceres, realizar estudos, pesquisas sobre temáticas atinentes à igualdade racial no Município de Foz do Iguaçu;

**V** - realizar campanhas informativas, cursos e outros eventos objetivando a promoção da igualdade racial;

**VI** - estabelecer a cooperação e firmar convênios com órgãos federais, estaduais e municipais na consecução de meios destinados à promoção da igualdade racial;





# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

.../Lei nº 4.727 – fl. 02

**VII** - fomentar o intercâmbio com outras organizações congêneres nacionais e internacionais e a contribuição com iniciativas pertinentes à promoção da igualdade racial;

**VIII** - recomendar e colaborar com o aperfeiçoamento dos serviços públicos notadamente no que concerne à adequação profissional e cívica de seus integrantes, com vistas à conciliação entre o exercício das funções administrativas e o respeito à diversidade étnico-racial;

**IX** - pugnar pelo cumprimento das normas internacionais, nacionais, estaduais e municipais sobre promoção da igualdade racial e pela atualização da legislação municipal;

**X** - promover canais de diálogo com a sociedade civil;

**XI** - pronunciar-se, por deliberação expressa de seus integrantes, através de Moção, sobre situações que envolvam a promoção da igualdade racial;

**XII** - elaborar o Plano Municipal de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial em consonância com as conclusões das Conferências Municipal, Estadual e Nacional e com os Planos e Programas contemplados no Orçamento Público;

**XIII** - instituir comissões ou grupos de trabalhos;

**XIV** - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

**XV** - elaborar e apresentar, anualmente relatório circunstanciado de todas as atividades desenvolvidas pelo Conselho no período, dando ampla divulgação ao mesmo, de forma a prestar contas de suas atividades à sociedade;

**XVI** - apresentar sugestões para a elaboração do plano plurianual, estabelecimento de propostas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual no que se refere às políticas públicas de promoção da igualdade racial.

**Art. 3º** Para cumprir suas finalidades institucionais, o COMPIR, no exercício das respectivas atribuições, poderá:

**I** - solicitar aos órgãos públicos municipais e estaduais integrantes da rede de serviços de promoção da igualdade racial, certidões, atestados, informações, cópias de documentos e de expedientes ou processos administrativos;

**II** - propor à autoridade competente de qualquer nível a instauração de sindicâncias, inquéritos e processos administrativos ou judiciais para apuração de responsabilidade pela discriminação em razão de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional;

**III** - incidir sobre o orçamento público municipal, em suas fases e etapas, visando à destinação de recursos para a implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial;

**IV** - apresentar um plano orçamentário para o seu funcionamento;

*fa*

*Diamp*





# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

.../Lei nº 4.727 – fl. 03

V - solicitar do Poder Executivo Municipal a adoção de medidas para seu pleno funcionamento.

## **CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 4º** O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial será composto por 12 (doze) integrantes e respectivos suplentes, dos quais 50% (cinquenta por cento) serão representantes do Poder Público e 50% (cinquenta por cento) serão representantes da sociedade civil organizada.

**Art. 5º** A representação do Poder Público, será composta de um membro titular e um membro suplente a serem indicados pelo titular das seguintes pastas:

**I** - Secretaria Extraordinária de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade;

**II** - Secretaria Municipal de Assistência Social;

**III** - Secretaria Municipal de Segurança Pública;

**IV** - Secretaria Municipal da Saúde;

**V** - Secretaria Municipal da Educação;

**VI** - Fundação Cultural.

**Art. 6º** A representação da sociedade civil organizada será composta por 6 (seis) representantes titulares e respectivos suplentes das entidades da sociedade civil organizada, constituídas e em funcionamento há mais de 2 (dois) anos, no âmbito do Município de Foz do Iguaçu, que conste obrigatoriamente em seu estatuto trabalhos voltados à Promoção da Igualdade Racial.

**Art. 7º** Os representantes da Sociedade Civil Organizada serão escolhidos em Assembleia especificamente convocada para este fim.

**Art. 8º** Os membros referidos nesta Lei, poderão perder o mandato, antes de prazo de 2 (dois) anos, nos seguintes casos:

**I** - por renúncia;

**II** - pela ausência injustificada em 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) intercaladas do COMPIR; e

**III** - pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro, por decisão da maioria absoluta dos membros do COMPIR.

**Parágrafo único.** O Regimento Interno disporá sobre as normas para habilitação e realização das eleições dos integrantes oriundos da sociedade civil organizada.





# *Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu*

ESTADO DO PARANÁ

.../Lei nº 4.727 – fl. 04

**Art. 9º** As organizações da sociedade civil e/ou integrantes e seus respectivos suplentes não poderão ser destituídos, no período do mandato, salvo por razões que motivem a deliberação da maioria qualificada por 2/3 (dois terços) do Conselho.

**Art. 10.** Os integrantes do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial serão nomeados por Decreto.

**Art. 11.** Os convidados a participar das reuniões do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, terão direito a voz, sem direito a voto.

**Parágrafo único.** O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial poderá convidar para participar de suas sessões, com direito a voz, sem direito a voto, representantes de entidades ou órgãos públicos ou privados, cuja participação seja considerada importante diante da pauta da sessão e pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

**Art. 12.** O mandato dos integrantes do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial será de 2 (dois) anos, podendo intercalar a presidência com a vice com voto de maioria absoluta dos conselheiros, permitida uma recondução.

**Parágrafo único.** O cargo de Presidente e de Vice-Presidente serão eleitos através de voto por maioria absoluta, sendo alternado a Presidência e a Vice-Presidência entre Poder Público e Sociedade Civil dentro de uma mesma gestão, com mandato de um ano em cada cargo.

**Art. 13.** As deliberações do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial serão tomadas pela maioria simples, estando presentes a maioria absoluta dos integrantes do Conselho.

**Art. 14.** O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial reunir-se-á ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, por convocação de sua Presidência ou a requerimento da maioria de seus integrantes.

## **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 15.** O Regimento Interno do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, deverá ser elaborado, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

**Art. 16.** O integrante do Conselho Municipal de Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, não terá qualquer remuneração ou percepção de gratificação e será considerado serviço relevante prestado ao Município, com seu exercício prioritário, ficando justificadas as ausências a qualquer outro serviço, quando da realização das atividades próprias do Conselho.

**Art. 17.** Todas as reuniões do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial serão abertas à participação de quaisquer pessoas interessadas.

**Art. 18.** O COMPIR formalizará suas deliberações por meio de resoluções, que serão publicadas no Diário Oficial do Município.





# Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

.../Lei nº 4.727 – fl. 05

**Art. 19.** O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial deverá ser instalado em local destinado pelo Município, incumbindo à Secretaria Extraordinária de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade adotar as providências para tanto.

**Art. 20.** A Secretaria Extraordinária de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade prestará todo o apoio técnico, administrativo e de infraestrutura, necessários ao pleno funcionamento do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

**Art. 21.** O Poder Executivo do Município arcará com os custos de deslocamento, alimentação e permanência das Conselheiras e Conselheiros, quando necessário e justificadamente, para o exercício de suas funções fora do domicílio, bem como com as despesas necessárias à realização das Conferências Municipais de Promoção da Igualdade Racial.

**Art. 22.** O Poder Executivo do Município deverá custear as despesas das Conselheiras e Conselheiros, representantes da sociedade civil e representantes do Poder Público, quando necessário e justificadamente, para tornar possível sua presença nas Conferências Estadual e Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

**Parágrafo único.** A previsão do *caput* deste artigo refere-se tanto às Delegadas e Delegados representantes do Poder Público quanto às Delegadas e Delegados representantes da sociedade civil organizada.

**Art. 23.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

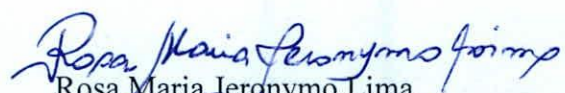
Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, em 14 de maio de 2019.



Karl Stoeckl  
Secretário Municipal  
da Administração – Interino



Francisco Lacerda Brasileiro  
Prefeito Municipal



Rosa Maria Jeronymo Lima  
Secretária Extraordinária de Direitos Humanos  
e Relações com a Comunidade